



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 08/09/2021

ORDEM DO DIA

MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão.

BOHN GASS (PT - RS) - Gravidade da crise política brasileira. Incitação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à invasão do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, sobre a obrigatoriedade da emissão de cédulas físicas nas eleições, plebiscitos e referendos (voto impresso). Afronta do Presidente da República à Câmara dos Deputados e ao Tribunal Superior Eleitoral. Descumprimento, pelo Chefe da Nação, da Constituição Federal e de decisões do Supremo Tribunal Federal. Necessidade de manifestação, por parte pelo Presidente Arthur Lira, a respeito de arbitrariedades cometidas pelo Presidente da República. Imediata abertura, pela Casa, de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do mandatário do País diante da situação por que passa o povo brasileiro. Elevação dos preços do gás de cozinha e de combustíveis. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Realização de manifestações no País pelo movimento Grito dos Excluídos, centrais sindicais e movimentos populares. Defesa de rejeição da Medida Provisória nº 1.068, de 2021, a respeito da alteração das Leis de nºs 12.965, de 2014, e 9.610, de 1998, para adequação do uso de redes sociais.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Repúdio aos atos realizados pela extrema-direita no País. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do desemprego, da insegurança alimentar e dos elevados preços de combustíveis. Necessidade de manifestação do Presidente Arthur Lira, a respeito da grave crise político-institucional vigente no Brasil. Insensibilidade do mandatário do País diante do quadro de fome e do luto das famílias brasileiras em face da Covid-19. Imediata abertura pela Casa de processo de *impeachment* contra o Presidente da República.



ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Ataques do Presidente da República à democracia brasileira. Gravidade da declaração do Presidente Jair Bolsonaro de descumprimento de decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Prática de crime de responsabilidade pelo Chefe da Nação. Manifestação do Presidente da Suprema Corte, Ministro Luiz Fux, a respeito de ataques do Presidente da República à instituição e seus membros. Pedido ao Presidente Arthur Lira de abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de reação da Câmara dos Deputados contra arbitrariedades cometidas pelo mandatário do País.

MARCELO FREIXO (PSB - RJ) - Baixa participação dos adeptos do Presidente Jair Bolsonaro nas manifestações realizadas por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Ameaças e ódio como norte do discurso proferido pelo Presidente da República no dia 7 de setembro de 2021. Responsabilidade do Chefe da Nação por eventual atentado contra a vida do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Necessidade de manifestação do Presidente Arthur Lira em defesa da democracia. Aversão do Chefe da Nação ao regime democrático. Apoio à expressão *falso patriota*, atribuída ao Presidente da República pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux. Omissão do Presidente Jair Bolsonaro sobre o quadro de desemprego, a elevação dos preços do gás de cozinha, de alimentos e combustíveis no País. Participação, nas manifestações de 7 de setembro, do ex-assessor do então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, envolvido com a milícia e com o esquema criminoso das chamadas rachadinhas. Intimidação do Poder Judiciário pelo Presidente da República, como forma de proteção dos seus filhos envolvidos em corrupção. Defesa de afastamento e prisão do Presidente Jair Bolsonaro.

DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Acerto da iniciativa do Presidente Jair Bolsonaro e do Líder do Governo na Casa, Deputado Ricardo Barros, de convocação dos Poderes da República para estabelecimento de pacto pela pacificação. Recrudescimento do desemprego, elevação dos preços de combustíveis, do gás de cozinha e dos componentes da cesta básica no País. Desafio da Casa de realização de reformas estruturais, necessárias para a retomada do crescimento econômico com geração de emprego e renda; e de busca de fontes de financiamento para o



custeio do novo Auxílio Brasil. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.442, de 2021, sobre a instituição do imposto Simples Trabalhista em prol das microempresas brasileiras.

RICARDO BARROS (PP - PR) - Solidariedade do povo brasileiro às bandeiras defendidas pelo Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada nas manifestações nacionais por ocasião do Dia da Independência do Brasil. Posicionamento do Presidente da República contrário ao ativismo político do Poder Judiciário. Impacto da epidemia de coronavírus sobre a economia brasileira. Destinação, pelo Governo Federal, de bilhões de reais para enfrentamento da crise sanitária e seus efeitos. Alcance social do auxílio emergencial instituído pelo Presidente da República. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Elevação dos índices de popularidade e reforço do projeto de reeleição do Presidente Jair Bolsonaro, diante do novo ambiente reinante no Brasil. Mediação, pelo Presidente Arthur Lira, de conflitos entre os Poderes Executivo e Judiciário. Reciprocidade na observância de prerrogativas dos Poderes da República. Reação do Presidente Jair Bolsonaro a excessos do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Discursos proferidos pelo Presidente da República, por ocasião do Dia da Independência do Brasil, em desrespeito à Constituição Federal e estímulo ao conflito entre os Poderes da República. Incapacidade, inépcia e despreparo do Presidente Jair Bolsonaro. Descontrole da economia brasileira. Elevação dos preços de combustíveis e de alimentos, bem como dos índices inflacionários e de desemprego no País. Crescente número de brasileiros situados abaixo da linha de pobreza. Existência de série de denúncias contra o Presidente da República. Desapreço do Chefe da Nação à democracia. Necessidade de reação das instituições brasileiras, de forma ativa, contra a possível promoção de golpe de Estado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Imediata abertura e aprovação de processo de *impeachment* contra o mandatário do País.

CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Agradecimento aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2019, sobre a alteração do § 2º, art. 14, da Carta Magna, para o alistamento eleitoral de conscritos durante o serviço militar obrigatório. Participação do orador nas manifestações democráticas realizadas na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal, ao ensejo do



transcurso do Dia da Independência do Brasil. Exortação aos Deputados para participação em manifestações populares. Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro em defesa do equilíbrio entre os Poderes da República. Importância da atuação dos Parlamentares em defesa do povo brasileiro e da liberdade de expressão. Saudações aos participantes nas manifestações democráticas realizadas no País no dia 7 de setembro de 2021.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Ataques do Presidente Jair Bolsonaro à Constituição Federal e às instituições democráticas, especialmente ao Supremo Tribunal Federal. Necessidade reação dos Líderes políticos aos arroubos antidemocráticos do Presidente da República . Pronunciamento do Presidente da Suprema Corte, Ministro Luiz Fox, em resposta aos ataques do Chefe da Nação à democracia brasileira. Manifestação dos povos indígenas no Distrito Federal, em defesa do cumprimento da Constituição Federal. Realização da 2ª Marcha Nacional de Mulheres Indígenas. Apoio à pauta de reivindicações das participantes no evento, especialmente quanto à adoção de ações efetivas de combate à invasão de terras dos povos originários e à rejeição, pelo Supremo Tribunal Federal, da aplicação da tese do marco temporal na demarcação dos seus territórios. Transcurso do 32º aniversário de criação da Universidade Federal de Roraima - UFRR.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão. Necessidade de estabelecimento, pelo Congresso Nacional, de limites aos ataques e afronta à democracia brasileira. Descumprimento, pelo Presidente da República, de decisões do Poder Judiciário e do resultado das eleições de 2022. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com as necessidades do povo brasileiro.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão.



TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão.

ORLANDO SILVA (PCDOB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão.

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão. Necessidade de abertura pela Casa de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do



dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão. Estímulo, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à realização de atos de extrema-direita como forma de proteção dos seus filhos envolvidos em corrupção. Prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente da República. Necessidade de abertura pela Casa de processo de *impeachment* contra o Chefe da Nação.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos), para adequação do dispositivo referente a divulgação partidária à utilização da Internet, bem como a propaganda partidária paga nas emissoras de rádio e televisão. Participação do orador nas manifestações a favor da liberdade e da democracia, realizadas na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal. Incoerência do discurso oposicionista em defesa da democracia, tendo em vista o apoio da Oposição aos regimes ditatoriais implantados em Cuba, na Venezuela e em países africanos.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei



nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral). Transcurso do 470º aniversário de fundação de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo.

RICARDO SILVA (PSB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral). Apelo à Casa por adoção de providências com vista à imediata retomada das atividades do setor de eventos.

WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Declaração de voto contrário à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral). Repúdio ao discurso proferido pelo Presidente da República, ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de apropriação de datas e símbolos nacionais. Repúdio à afronta do Chefe da Nação ao Supremo Tribunal Federal e seus membros. Propósito do Presidente da República de enfraquecimento do tecido democrático nacional. Realização, pelo mandatário do País, de campanha eleitoral antecipada no Estado de Pernambuco, em detrimento da adoção de ações a favor da população brasileira. Desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro às mulheres, aos homossexuais, às pessoas com deficiência, ao meio ambiente e aos povos originários.



Necessidade de reação da Casa contra arbitrariedades e arroubos antidemocráticos do Chefe da Nação.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de



1965, (Código Eleitoral). Realização pela Direita de manifestações democráticas em Brasília, Distrito Federal, e no País. Não usurpação pela Direita da bandeira verde-amarela.

ORLANDO SILVA (PCDOB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

MARCELO FREIXO (PSB - RJ) - Ameaças do Presidente Jair Bolsonaro a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Prática de crime de responsabilidade pelo Presidente da República, demonstrada na declaração de não cumprimento de decisões judiciais. Imediato afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 783, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral), e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), para ajustamento redacional à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; permissão, nas eleições proporcionais, da participação na distribuição dos lugares tão-somente dos partidos com quociente eleitoral; e revogação de dispositivos da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral).

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

BIBO NUNES (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos);



e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Participação do orador nas manifestações democráticas realizadas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Discordância com a declaração do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, sobre a prática de crime de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro.

GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.



Pedido à Presidência de apreciação da propositura em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.788, de 2021, de autoria do orador, sobre a inserção do art. 16-E na Lei nº 9.504, de 1997, com vista à reserva para o gênero feminino de 30% das vagas na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Repúdio aos discursos falaciosos da Direita. Indignação com ataques do Presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional.

WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

RENATA ABREU (PODE - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.



TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Posicionamento da oradora sobre o Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Defesa de aperfeiçoamento do mérito da proposição.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista à reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Realização de amplo debate do conteúdo da proposição.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Agradecimento aos Deputados pelo apoio ao requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.951, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 4.737, de 1965, (Código Eleitoral); da Lei nº 9.096, de 1995, (Lei dos Partidos Políticos); e da nº Lei nº 9.504, de 1997, (Lei das Eleições), com vista a determinação de reserva nas eleições proporcionais, por cada partido, de percentual mínimo para candidaturas de cada sexo, bem como o estabelecimento de reserva de cadeiras para



mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Reunião da bancada feminina com os Líderes partidários para celebração de acordo sobre a votação da propositura.

GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Realização de grandes manifestações no País contra o Supremo Tribunal Federal e a favor do Presidente Jair Bolsonaro. Perseguição de membro da Suprema Corte ao Presidente da República. Defesa da liberdade de ir e vir, da liberdade de expressão e de imprensa. Repúdio às ameaças do Poder Judiciário à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Necessidade de cumprimento, pela Suprema Corte, do disposto na Constituição Federal.

EROS BIONDINI (PROS - MG) - Congratulações à população brasileira pela participação, de forma ordeira e pacífica, nas manifestações realizadas no País ao ensejo do Dia da Independência do Brasil. Comemoração do Dia de Nossa Senhora da Natividade. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.676, de 2021, sobre a instituição do Dia Nacional do Terço dos Homens.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral.

HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB) - Proposta à Presidência para apreciação de projetos de lei oriundos do Senado Federal, antes da votação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral.

ORLANDO SILVA (PCDOB - SP) - Posicionamento do PCdoB favorável à votação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral.

PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Apoio à proposta de apreciação de projetos de lei oriundos do Senado Federal, antes da votação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Defesa da apreciação de projetos de lei oriundos do Senado Federal, antes da votação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral.



MARGARETE COELHO (PP - PI) - Conveniência de votação do parecer oferecido pela oradora ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Apoio do PSL à votação do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, sobre a instituição do novo Código Eleitoral. Defesa do adiamento da apreciação de projetos de lei relacionados ao tema da proposição, oriundos do Senado Federal.

ALUISIO MENDES (PSC - MA) - Aplausos à Deputada Margarete Coelho pelo parecer oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, acerca da instituição do novo Código Eleitoral. Acerto da decisão da Presidência de adiamento da votação da propositura.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Natureza atípica das manifestações realizadas no dia 7 de setembro de 2021. Extrapolação da competência institucional do Supremo Tribunal Federal, notadamente em decisões monocráticas a exemplo da suspensão, pelo Ministro Alexandre de Mores, do efeito de dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 507, de 2018, acerca da inserção de dispositivos legais na Lei Complementar nº 116, de 2003, relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 11.270, de 2018, sobre a alteração das Leis de nºs 9.868 e 9.882, de 1999, com vista à modificação das regras de concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade e em arguição de descumprimento de preceito fundamental; e do Projeto de Lei nº 4.754, de 2016, a respeito da tipificação como crime de responsabilidade da usurpação, por Ministros do Supremo Tribunal Federal, de prerrogativas dos Poderes Legislativo e Executivo.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Outorga ao cientista Jairnilson Paim do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia. Apresentação de moção de aplausos à instituição de ensino superior.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Outorga ao cientista Jairnilson Paim do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia. Aplausos à instituição de ensino superior e ao Reitor João Carlos Salles, pelo título concedido ao docente.

JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Importância da união do País em prol da democracia. Imediata abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro.



LUIZ LIMA (PSL - RJ) - Congratulações ao povo brasileiro pelas manifestações democráticas em apoio ao Presidente Jair Bolsonaro, realizadas ao ensejo do Dia da Independência do Brasil.

ALAN RICK (DEM - AC) - Importância da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Empenho no fornecimento, ao Estado do Acre, de respiradores mecânicos e materiais destinados ao combate à epidemia de coronavírus. Apoio à criação e prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais. Destinação de recursos de emendas orçamentárias às áreas de saúde, educação e segurança pública acrianas.

JEFFERSON CAMPOS (PSB - SP) - Defesa de legalização e regulamentação do ensino domiciliar no Brasil. Pedido aos Deputados de aprovação do Projeto de Lei nº 3.262, de 2019, sobre a inclusão de § único no art. 246 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), com vista a não configuração da educação domiciliar *homeschooling*, como crime de abandono intelectual.

PATRUS ANANIAS (PT - MG) - Utilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da data da Independência do Brasil como palco de alavancagem do seu projeto pessoal de poder, e para ataques à democracia e ao Supremo Tribunal Federal. Afronta do Presidente da República à Constituição Federal e ao Estado Democrático de Direito. Imediata abertura, pela Casa, de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro.

IRACEMA PORTELLA (PP - PI) - Realização do 1º Encontro Nacional de Procuradorias da Mulher no Legislativo. Lançamento, durante o evento, da Rede Nacional de Procuradorias da Mulher. Atuação da oradora no cargo de Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados. Realização da campanha Agosto Lilás, destinada à conscientização sobre a importância do enfrentamento à violência contra a mulher. Criação de Procuradorias da Mulher em Assembleias Estaduais, Câmaras Legislativas e Câmaras Municipais do País. Lançamento do Observatório Nacional da Mulher na Política. Teor da Carta das Procuradoras, extraída do 1º Encontro Nacional de Procuradorias da Mulher no Legislativo.

VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Aplausos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, pela suspensão de jogo de futebol entre as Seleções da Argentina e do Brasil, diante da situação irregular de jogadores daquele país com relação à Covid-19.



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DETAQ

Número Sessão: 100.2021

Data: 08/09/2021

SEM REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem:

ENCERRAMENTO